OS JOVENS, O MOVIMENTO HIP-HOP EA APROPRIAÇÃO DA CIDADE

Jader Arierom da Silva Moreira[1]

Resumo

O presente texto é fruto de uma abordagem acerca de possíveis intertextualidades entre as concepções de cidade e juventude, relacionadas ao movimento hip-hop. A idéia central é valorizar tanto as culturas dos jovens num espaço-tempo que lhes é presente, quanto suas espacialidades pela cidade. É intenção também elucidar as estratégias cotidianas dos jovens no movimento de apropriação de espaços públicos citadinos, construídas socialmente como maneira de r-existir às premissas de uma normatização imposta por adultos, que por vezes enxergam estes indivíduos jovens em um processo eterno de preparação para a vida adulta e para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: cidade, hip-hop, jovens, juventudes

Introdução

Nos dias contemporâneos e nas múltiplas formas de cidades existentes, as culturas juvenis e suas espacialidades são veladas e até mesmo negadas por parte dos adultos que regulam as políticas de planejamento urbano. Não obstante, os sujeitos que vivem distintas juventudes citadinas imprimem nesse espaço geográfico suas formas de *ser* no urbano e reivindicam assim seu direito à cidade a partir de práticas consideradas errantes por muitos olhos cerceadores de uma suposta liberdade. Uma das estratégias adotadas pelos jovens para r-existir[2] neste contexto e questionar a ordem do 'bem-estar' vigente é reunirem-se em grupos

[1] Pós-graduando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail para contato: jader_moreira@yahoo.com.br

[2]Porto-Gonçalves (2006) é o responsável por cunhar o termo em sua obra, momento em que ele afirma "mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive

e construir atividades que os permitam dialogar entre si e mostrarem-se através da ação e do discurso para um corpo social que por vezes os ignoram. Assim, o objetivo principal deste texto, além de somar às discussões acerca das juventudes nas cidades, é elucidar uma estratégia utilizada freqüentemente por grupos de jovens em seus movimentos de apropriação dos espaços públicos urbanos, principalmente a partir de práticas vinculadas ao movimento hip-hop.

Discussões: a cidade, os jovens e o movimento hip-hop

Nota-se que o debate acerca da cidade é algo muito amplo e complexo, o que torna complicado apresentar aqui um conceito que dê conta de explicar os diferentes processos citadinos, que contemple as distinções e que atenda às inúmeras adjetivações que acompanham a cidade. Pires (2015) mostra algumas dessas várias adjetivações, sempre vinculadas à diferentes perspectivas:

> Em consulta à bibliografia disponível sobre o assunto, foi possível identificar a cidade concebida/problematizada sob diferentes tendências teórico-metodológicas e várias perspectivas como: cidade medieval, cidade renascentista, cidade colonial, cidade pré-industrial, cidade industrial, cidade portuária, cidade global, cidade grande, cidade média, cidade pequena, megacidade, metrópole, metápolis, cidade verticalizada, cidade horizontal, cidade pós-moderna, cidade informacional, cidade digital, cidade líquida, cidade nodal, cidade-rede, cidade satélite, cidade imaginária, cidade turística, cidade sustentável. (PIRES, 2015, p. 160)

Nessa ótica não será proposto um conceito de cidade que busque abarcar todas essas adjetivações já postas e todas as inúmeras outras que não foram apresentadas. Tampouco será construída uma digressão diferenciando os termos *cidade* e *urbano*[3]. O enfoque será dado à cidade, pois é o termo mais adequado à realidade em questão.

---

reage, a partir de um topoi, enfim de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre as duas lógicas." (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

[3] Apesar de estarem associados entre si e serem utilizados por vezes como sinônimos, cidade e urbano são termos distintos. Henri Léfèbvre(2001) é um autor que apresenta uma harmoniosa discussão sobre as relações entre os termos: "Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico - e por outro lado o 'urbano', realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento" (LÉFÈBVRE, 2001, p. 54). Encara-se assim, como possibilidade de interpretação, a cidade como *lócus* físico da produção social e o 'urbano' como um modo de vida na cidade.

Pires (2015), além de desvelar algumas adjetivações, propõe um esclarecimento sobre a cidade nos rumos de sua pesquisa. Para a autora existem três ideias-chave na reflexão sobre a cidade. A primeira aponta para a cidade como obra e produto das relações sociais que é materializado e acumulado através da técnica e da estratégia do trabalho humano ao longo do tempo histórico. A segunda revela que a cidade se mostra como um lugar de expressão e significação da vida cotidiana, de representações dos diversos grupos que nela habitam e/ou atuam e lugar também da copresença e sociabilidade. Já a terceira ideia-chave é apresentada sob um conjunto de formas, estruturas e funções que foram definidas historicamente, sendo assim um lugar de ocorrência de atividades sociais e produtivas. Mas como a própria autora concorda, as discussões vão um pouco mais além, pois essas três ideias-chave não refletem e não dão conta da totalidade das discussões, embora dê acréscimo notável.

Léfèbvre (2001, 2004, 2013), algumas décadas antes de Pires (2015), ofereceu contribuição valiosa sobre a temática do urbano e da cidade. Para o autor os termos são, antes de mais nada, um par de formas sociais, de construções sociais. A cidade e o urbano não existem como algo criado por uma instância divina, superior aos homens e mulheres. Não são coisas dadas, nem puramente metafísicas, embora suas construções (física e abstrata) sejam por vezes orientadas pela metafísica. A cidade e o urbano são construções oriundas do processo de construção da sociedade. Não são obra do acaso ou do divino, mas de homens e mulheres empenhados na realização dessa obra (humana). O autor desvela com certa clareza essa construção:

> [...] a cidade é obra a ser associada mais com obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução dos seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LÉFÈBVRE, 2001, p. 52)

A cidade é assim reflexo da sociedade que a constrói. Em constante movimento dialético de construção-desconstrução, ela reflete a organização da sociedade. Se a sociedade grega (antiguidade clássica) tinha a política como sua forma mais concreta, a construção dessa cidade (pólis) obedeceu à esta lógica, com a Ágora geralmente representando a centralidade da cidade. Superada aos poucos pelo comércio a cidade grega perde, em partes, seu sentido político. A atividade comercial se consolida e a cidade possui, nesse momento, espaços centrais destinados não mais à política, mas à troca. Essa cidade comercial intensifica a troca

e o acúmulo da riqueza, que vai daquela imobiliária (terras) até a mobiliária (dinheiro), quando e os comerciantes se tornam, paulatinamente, classe hegemônica acumuladora dessas riquezas e consolidada na cidade. Esse movimento subsidiará o processo de industrialização, primeiro no campo (próximo às matérias-primas e fontes de energia) e depois na cidade (próxima aos mercados e os centros da política). O processo de industrialização vai estimulando diversas metamorfoses no espaço citadino. A própria organização da cidade obedece aos ritmos da industrialização, ou seja, é reflexo de como a sociedade se organizou nesse período: a partir da indústria.

Compreendido que a cidade é uma construção social, importa agora compreender suas outras qualidades. De acordo com Léfèbvre(2001) é possível iniciar o debate a partir de algumas definições primárias - que não esgotam o debate e não excluem outras definições -, desde que se aponte suas limitações. São elas: 1) coloca cidade como a "projeção da sociedade sobre um local", ou seja, sobre um lugar sensível e ao mesmo tempo sobre um plano específico, percebido e concebido pelo pensamento e que determina a cidade e o urbano. Mas somente essa definição, segundo o próprio autor, é insuficiente para abordar as cidades, pois ela não versa sobre as diferentes adjetivações existentes entre os tipos de cidade que resultam do movimento histórico; e 2) a partir dessa autocrítica surge a segunda definição. É importante salientar que essa outra definição não anula a primeira, mas a completa, pois coloca a cidade como o "conjunto das diferenças entre as cidades". Mesmo que complete a primeira definição, esta segunda é também, para o autor, parca, uma vez que nela existe a negligência das singularidades existentes na vida urbana cotidiana, seus ritmos, suas ocupações, enfim, o habitar; 3) daí surge a terceira definição que considera a cidade como um espaço de relações, vista pela pluralidade, coexistência e simultaneidade (no urbano) de relações e modos de viver a vida urbana. Pires (2015) soma algumas palavras à essa definição ao escrever que a cidade aqui é "Um espaço formado, modelado, fortemente expressivo, único e unitário, com conteúdo e sentido inesgotáveis, ocupado por atividades sociais definidas historicamente. Compõe-se de uma heterogeneidade de realidades socioespaciais, que resultam da temporalidade dos fenômenos urbanos (da morfologia sensível e social da cidade ou, preferencialmente, da cidade e do urbano e de sua conexão mútua), insere-se num sítio, numa paisagem, e abriga diversos grupos sociais que vivem e experienciam cotidianamente seus espaços. (PIRES, 2015, p. 161)".

Tanto o autor como a autora concordam que o conjunto dessas definições é relativo ao nível das realidades sociais e que não é sensato caminhar em direção à exaustão temática.

Léfèbvre(2001) ainda continua o debate ao escrever que caso algum teórico veja a cidade como um local das relações (conflitantes) entre desejo e necessidade, satisfação e insatisfação, como local dos confrontos ou "lugar de desejo", a proposta será bem quista e levada em consideração, pois não é certo existir um sentido limitado para definição do termo.

A cidade nada é sem a vida dos sujeitos que a anima. Se a cidade é uma construção social, se é primeiro o reflexo dos processos de (re)produção da sociedade, os indivíduos que nela estão são agentes fundamentais desse processo construtivo dialético e contínuo.

Além dos produtores do espaço urbano revelados por Corrêa (2002), são também os jovens, vistos como donos de seus presentes e seres ativos na sociedade, que contribuem com essa construção espacial. Por muito tempo e até nos dias contemporâneos esses jovens foram e são vistos como sujeitos em fase de formação, donos somente de um futuro na vida adulta e de um passado imbricado na infância. O presente lhes é, inúmeras vezes, negado. Esta é uma abordagem que coloca a juventude como eterno devir, como algo passageiro e momentâneo de um caminhar para a vida adulta. Os jovens serão, no futuro, adultos e devem ser preparados para quando esse momento chegar. O momento presente lhes é negado, como se eles não tivessem importância social na produção do espaço citadino (CASSAB, 2009). Eles ainda não *são* eles *serão*. Sua função social é se preparar para uma vida adulta bem-sucedida e, sobretudo para o mercado de trabalho[4]. Por isso seus comportamentos são supervisionados segundo regras estabelecidas por adultos. Rodó-de-Zárate (2015) é enfática ao destacar a contradição desta relação e ao clarificar que os lugares públicos frequentados pelos jovens são produzidos e regulados pelos adultos, como maneira de garantir um convívio 'saudável'.

Historicamente, aos olhos da comunidade adulta reguladora das diferentes sociedades, os jovens são tratados como sujeitos que carecem de freios sociais, desde a Antiguidade onde o casamento era o principal artifício para os conter, passando pela Idade Média onde, além do casamento, as expedições, Cruzadas e longas viagens[5] se mostravam como atividades disciplinares, até à modernidade, onde o serviço militar e a escola surgem também como estratégias para dominar os ânimos juvenis, ou seja, iniciar os jovens na vida adulta. Apesar

[4] É claro que as funções sociais aqui variam de acordo com as classes as quais pertencem esses jovens: ora, as classes com maior poder aquisitivo, desde meados do século XIX, já se preocupavam com o devir dos jovens da família, garantindo que tivessem acesso à educação, enquanto aos jovens de classes com menor poder aquisitivo restava o mercado de trabalho. Essa realidade social de outrora, contudo, passa naturalmente por processos de transformação e os jovens das classes de menor poder aquisitivo passam a ter seu acesso à educação garantido pelo Estado, sobretudo no século XX, mas com caráter disciplinar, principalmente, e não educativa. Para maiores detalhamentos das relações políticas de construção da escola destinada aos jovens ver os debates propostos por Cassab (2009) e Groppo (2000).

[5] As cruzadas e as longas viagens eram financiadas pelas famílias mais abastadas, sendo instrumentos de poder das famílias mais endinheiradas.

das obrigações impostas alguns jovens criam estratégias para escapar das regras, em curtos momentos, e extravasar suas energias de distintas maneiras (CASSAB, 2009).

Ainda como aponta a autora, essa visão repressora acerca da juventude (forjada efetivamente na virada do século XIX para o século XX) reverbera até os dias contemporâneos, principalmente quando se trata de jovens das classes desabastadas.

Freqüentemente as práticas juvenis pelo espaço geográfico, sobretudo nas cidades e metrópoles, são reguladas, vigiadas e punidas (quando contravêm as normas impostas) pelos agentes fiscalizadores de um projeto de sociedade: a família, as autoridades, a polícia, o Estado etc. Mas existem grupos de jovens que r-existem à essa regulação e opressão erigidas pelos adultos. São às vezes considerados sujeitos famintos pelo consumo da cidade e, portanto, indivíduos errantes, subalternos e desviantes das normas impostas, como revela Jacques (2012).

Assim, considerar o presente dos jovens e suas espacialidades é algo fundamental para compreender as distintas juventudes da cidade. A partir da atividade errante, por exemplo, dos jovens inseridos no movimento hip-hop (artes plásticas, grafite, dança, *rap*) é possível valorizar estes sujeitos como pessoas que *são* algo na cidade.

A relação historicamente construída entre música e juventude é destacada por Dayrell (2002) como um elemento de suma importância na compreensão dos diferentes tipos de ser jovem, pois nessa relação às juventudes se mostram a partir do momento em que os jovens deixam de ser apenas consumidores dos estilos musicais e passam a ser produtores de suas próprias ideologias, principalmente através da construção de suas letras. Ao elencar alguns estilos musicais, Dayrell (2002) aponta o *rap* (além do funk) como um dos grandes reveladores das realidades sociais em que os jovens se encontram inseridos. De acordo com o autor, o *rap*, associado a outras linguagens artísticas que constituem o movimento hip-hop, tem sua origem a partir do *soul* - música símbolo da consciência negra americana e trilha sonora de muitos movimentos americanos civis durante a década de 1960 - e tem nas ruas o espaço significante e privilegiado para ser cantado. As letras do *rap* mixadas às novas tecnologias têm grande força na denúncia das condições sociais, da injustiça e da opressão de seus cantores.

Por ser o *lócus* da (re)produção do movimento hip-hop, a presença nas ruas soa como uma exigência aos seus participantes. Não há hip-hop sem o encontro das pessoas que o produz e esse encontro se dá, principalmente, nos espaços públicos das cidades. Esse encontro revela ainda quem são os sujeitos participantes, agregam novos membros, instiga a produção

poética estruturada em letras, revela a fidelidade ao território e a explicita uma temática social (DAYRELL, 2002), bem como um posicionamento sociopolítico.

De maneira geral, esse encontro constrói *discursos* e *ações*[6] e garante a pluralidade humanados seus sujeitos em seu duplo viés da igualdade e ao mesmo tempo da diferença.

De acordo com Hannah Arendt, se esses sujeitos (aqui os sujeitos do movimento hip-hop) não fossem iguais [...] seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens [e mulheres] não precisariam do discurso ou da ação para se fazer entender. (ARENDT, 2007, p. 188).

Dessa maneira, se as pessoas ali evolvidas não fossem iguais e se não fossem diferentes, não precisariam do discurso e da ação para se fazerem entender. E é justamente a ação e o discurso os modos pelos quais as pessoas se mostram e se manifestam umas às outras enquanto homens e mulheres. A ação sem o discurso deixa de ser ação, pois não há ator (o agente do ato); e o agente do ato só é possível se for o autor das palavras, do discurso. Assim, é impossível haver a revelação do sujeito a partir de uma ação sem discurso ou de um discurso sem ação.

Portanto, o movimento hip-hop é um encontro entre pessoas e um momento, dentre vários outros, revelador do discurso e da ação dos homens e mulheres.

Uma vez que exige a presença física dos seus participantes nos lugares de encontro, ou seja, nos locais públicos da cidade, o movimento hip-hop permite a apropriação da cidade. Permite os diálogos e conflitos entorno do *ser* na cidade e assim revela a postura política através seus discursos, por tratar de elementos cotidianos citadinos presentes no espaço público.Os jovens envolvidos nesse movimento hip-hop reivindicam seu direito à cidade a partir da presença e do consumo do espaço urbano, ao contrário dos jovens que abdicam de estar na rua e nos espaços públicos e, consequentemente, negam a própria vida urbana e seu direito à cidade, como revela Cassab (2010) e Pires (2015)[7].

É no encontro com o *outro* que se constitui a alteridade, a pluralidade de seres singulares (ARENDT, 2007) e essa distinção singular revela-se, sobretudo no discurso e na

[6] Os termos usados são baseados na obra de Hannah Arendt (2007), momento em que a autora propõe a ação como a impressão de movimento a algo, como o agir, como tomar a iniciativa. Já o discurso é proposto como a distinção dos indivíduos, como a efetivação da condição humana em sua pluralidade. Nas próprias palavras da autora: "Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais" (ARENDT, 2007, p. 191).

[7] Esta é uma das consequências oriundas dos encontros realizados em redes sociais, dentro de um espaço virtual.

ação. Essa qualidade reveladora, portanto, emerge no momento em que as pessoas estão em contato com as *outras* pessoas, isto é, de acordo com Hannah Arendt, no simples gozo da convivência humana (ARENDT, 2007, p. 192).

Dessa maneira, é no contato com o *outro* que as pessoas se reconhecem como diferentes entre si, isto é, é no contato com o igual e ao mesmo tempo diferente que os homens e mulheres se mostram e revelam suas identidades, através da corporeidade da ação (corpo) e do discurso (voz), incentivados e possibilitados pelo *rap*.

Para não concluir

Os debates acerca das relações entre cidade e juventude têm se mostrado muito construtivos e ricos no âmbito da Geografia, sobretudo no que tange a valorização das práticas e das espacializações dos jovens pelo espaço urbano. Fica evidente que os diálogos existentes entre esses sujeitos extrapolam alguns limites reguladores e caminham em sentido à construção de um olhar cada vez mais sensível acerca de seus cotidianos. As estratégias que eles utilizam na abordagem, na produção e no consumo da cidade são cada vez mais diversas. Os jovens envolvidos no movimento hip-hop, por exemplo, se organizam ese reconhecem cada vez mais como iguais e, ao mesmo tempo, diferentes dentro de seus espaços de interação e manifestação, isto é, são jovens que guardam em suas semelhanças diversas singularidades que se concretizam no coletivo a partir do discurso que pronunciam e das ações que praticam, de forma conjunta. É esta uma das estratégias de r-existência construída por jovens. Portanto, é importante escutar o discurso (voz) desses sujeitos e reconhecer sua corporeidade pela cidade.

Referências

_____. **(Re)construir utopias**: jovem, cidade e política. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009. 228f

_____. **La producciónde**lespacio. Madrid: CapitánSwiny, 2013.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

ARENDT, Hannah.**A condição Humana**. Riode Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CASSAB, Clarice. **A cidade como espaço público**: uma interpretação pautada na fala dos jovens. *Mercator*, v.9, n. 20, p. 83-91, set./dez., 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

DAYRELL, Juarez.**O rap e o funk na socialização da juventude.***Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jul. 2002.

GROPPO, LuisAntonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Experiência errática**. *ReDObRa*, ano 3. p. 192 - 204, 2012.
LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

PIRES, Lucineide Mendes. **Os jovensna/da cidade**: da cultura geográfica ao direito à cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Org.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a naturez za da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. **El acceso de lajuventud al espacio público enManresa**. Una aproximación desde lasgeografías feministas de lainterseccionalidad. Scripta Nova, v. XIX, n. 504, 1 de mayo de 2015.